



Ophir rebate acusações sobre licença ilegal e se diz alvo de vingança

Acusado no Pará por ter-se licenciado do cargo de procurador do Estado para ser dirigente da OAB, o presidente do Conselho Federal Ophir Cavalcante explicou-se com os seus pares na entidade e com os presidentes de seccionais. Ophir informou da legalidade de sua situação e atribuiu o ataque à decisão da Ordem de [intervir](#) na OAB paraense, recentemente.

As acusações foram noticiadas pela *Folha de S.Paulo*. Na reportagem, o presidente da OAB Federal foi acusado por dois advogados de receber licença remunerada indevida de R\$ 20 mil mensais do estado do Pará. A Ação Civil Pública foi proposta em meio a uma crise entre a OAB nacional e a seccional do Pará, que está sob intervenção. Com a decisão, de outubro, os cinco diretores da OAB do Pará envolvidos em um processo que investiga irregularidades na venda de um terreno em Altamira ficarão afastados por seis meses, até a conclusão das investigações.

Em sua [carta](#) aos dirigentes, Ophir explicou que "as licenças remuneradas têm respaldo legal (artigo 95, da Lei 5.810/94, Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Pará) e foram autorizadas pelo Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado do Pará, com publicação no *Diário Oficial do Estado*. Alguns presidentes de seccionais e do próprio conselho federal já fizeram jus a essa licença remunerada."

Ophir também se defende das acusações afirmando que a ação foi proposta após o Conselho Federal afastar dirigentes da OAB-PA, decisão tomada por "maioria das delegações (22 a 4), e o assunto jamais havia sido questionado pelo presidente afastado ou por seus prepostos". Segundo o presidente da OAB, durante o processo de intervenção ele recebeu ameaças do presidente afastado no sentido de que, se viesse a ter a intervenção ou mesmo processo disciplinar contra ele, a "mortalha" não cairia exclusivamente sobre si.

Consta da mensagem enviada aos conselheiros federais e aos presidentes das seccionais que "a ameaça foi feita diretamente e por terceiros, sempre no sentido de que iria desferir pesados golpes contra mim e contra a Conselheira Federal Ângela Sales, o que começa a acontecer com essa Ação Popular e com uma "varredura" que fez nas minhas e nas contas dela, que será o seu próximo passo".

O presidente da Ordem recebeu a solidariedade do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (Cesa) e de seus colegas. Para José Luis de Salles Freire, presidente do Cesa, "o presidente Ophir Cavalcante está fazendo um brilhante trabalho à frente do Conselho Federal da OAB. Entendo que a questão recentemente levantada contra ele tem a ver com disputas políticas locais, e será objeto de exame nos foros apropriados. Ela em nada empana a atuação do presidente, atuação esta que culminará, neste ano, com a realização da Conferência Nacional da OAB, na semana que vem em Curitiba."



O secretário-geral da OAB Nacional, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, registrou que "a liberação de servidor público para exercer mandato classista é prática normal e corriqueira em entidades como sindicatos de servidores, sindicato de professores, associação dos magistrados brasileiros, associação dos juízes federais. Ophir Cavalcante trabalha em favor do patrimônio público do Brasil e dos estados, incluindo o Pará. Sua atuação em defesa dos valores constitucionais engrandece não apenas a advocacia como a Nação brasileira".

Em nota enviada à **ConJur** (*leia no final da notícia*), o movimento Diga não à Intervenção afirma que a carta de Ophir Cavalcante “está eivada de informações caluniosas contra o presidente afastado da OAB-PA”. De acordo com a assessoria de imprensa do movimento, Jarbas Vasconcelos interpelou judicialmente o presidente do Conselho Federal para pedir esclarecimentos e provas das acusações feitas.

Segundo os advogados, há uma representação no Ministério Público do Pará contra Ophir Cavalcante por acusação de improbidade administrativa e patrocínio infiel.

Clique [aqui](#) para ler a mensagem de Ophir Cavalcante.

Leia a carta enviada à ConJur pelo movimento "Diga não à Intervenção"

Esclarecimentos

Com relação à notícia publicada neste site, intitulada “Ophir rebate acusações sobre licença ilegal e se diz alvo de vingança”, a assessoria de imprensa do movimento “Diga Não à Intervenção” esclarece que a carta elaborada pelo dr. Ophir Cavalcante, está eivada de informações caluniosas contra o presidente afastado da OAB/PA, Jarbas Vasconcelos, tanto que o mesmo já está interpelando judicialmente o presidente nacional da OAB, a fim de que este esclareça e prove de que maneira se deram as graves acusações que ele imputa à Vasconcelos.

A assessoria de imprensa também lembra que ainda hoje será protocolada junto ao Ministério Público do Estado do Pará uma representação contra Ophir Cavalcante por improbidade administrativa e patrocínio infiel, em função da imoral licença que este mantém, há quase 14 anos, de suas funções de servidor público para exercício de mandatos junto à Ordem dos Advogados do Brasil (Seção Pará e OAB Federal), sem prejuízo de sua remuneração, recebendo mensalmente seus vencimentos básicos e todas as vantagens pessoais, fato, no mínimo, incontroverso, já que, no mesmo período, advogou para empresas públicas do Estado e de particulares para, em muitos casos, advogar contra os interesses do Estado do Pará — a quem possuía o dever constitucional de defender.

A representação pede a perda da função pública de Ophir Cavalcante, a suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, bem como o ressarcimento ao erário dos danos causados ao patrimônio público.

[Notícia alterada às 15h10 desta sexta-feira (18/11/2011) para acréscimo de informações]

Date Created

18/11/2011